

AFRICANIDADES EM SALA DE AULA: A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA
HISTORIOGRÁFICA DA HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-
BRASILEIRA.

EMANUELA DE MORAES SILVA*

As discussões sobre o ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira, tem nos últimos anos ganhado espaço nos debates acadêmicos, grupos e movimentos sociais no Brasil. Reflexo da necessidade de desmistificar, caracterizar e difundir a cultura Afro que está contida, imbricada no que se diz, cultura brasileira. E essa separação de cultura Afro e Cultura brasileira, História da África e História do Brasil, por vezes nos distanciam de culturas e histórias que se integraram, se adaptaram e hoje percebemos uma só história e cultura afro-brasileira. Tomando consciência, que se diga, tardia, entendemos a importância de levar essa abordagem ao ensino de História, que, desde (ou somente) 1996, com a LDB e os PCNs em 1997, já sinalizavam a importância dos temas transversais, das questões étnicas e pluriculturais do nosso país e que em 2003 é tornado lei, 10.639/03 que obriga, nas instituições escolares o ensino de História e cultura Afro-brasileira:

A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de

* Mestranda em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, da Universidade Federal do Tocantins. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Educação Artística e de Literatura e História Brasileira [...] (BRASIL, 2003).

Posteriormente esta lei é alterada, 11.645/08 acrescentando a História dos povos indígenas, no currículo escolar. Que aqui neste trabalho, se deterá a História africana e afro-brasileira.

A proposta desta pesquisa é fazer um levantamento bibliográfico de algumas produções didáticas que abordem o tema História da África e diásporas africanas para o território brasileiro e seus desdobramentos, culturais e religiosos, principalmente os que culminam nos livros de História do Brasil. Priorizaremos os livros utilizados e selecionados pelo Ministério da Educação, através do Plano Nacional do livro Didático, (PNLD) que tem como principal objetivo dar suporte pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Obras estas que, são avaliadas e, publicadas no Guia de Livros Didáticos com as resenhas destas coleções consideradas aprovadas. Este guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico. Este programa é realizado em triênios. Assim, o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio.

Tentando elencar as novas demandas para o ensino de História, a partir da lei 10.639/03, analisaremos os discursos de produção e construção das narrativas históricas nestes respectivos livros e tentando perceber as mudanças e as novas abordagens com a obrigatoriedade do ensino de história da África e Cultura Afro-brasileira, analisando produções, orientados pelas seleções do PNLD e dos desafios que surgiram para o corpo docente, no que tange à formação, a receptividade e sua atuação após a referida lei.

Entendendo a importância da inclusão da temática africana nas instituições de ensino para a formação de uma consciência histórica, livre de preconceitos e fortificada no discurso de pluriculturalidade e diversidade étnica e de uma gama de identidades que nosso país é formado. Trazer esse tema para sala de aula serve de elemento para a descristalizar a imagem que se tem do continente africano nos alunos e principalmente dos elementos difusores dessa nova abordagem da história da África e Cultura Afro-brasileira: a escola, o livro didático e o professor, pois,

[...] se continuarmos a reproduzir essas leituras distorcidas, é muito pouco provável que o imaginário de nossas futuras gerações sobre a África sofra modificações significativas. Neste caso o papel das escolas e dos manuais escolares é de fundamental importância. Apesar de encontrarmos leituras e interpretações equilibradas e positivas acerca dos africanos, na legislação escolar, em experiências nas salas de aula e alguns livros didáticos, a tendência majoritária é a de reproduzir imagens dos africanos escravizados, brutalizados ou massacrados pela fome e conflitos, marcados sempre pela ausência de uma crítica ou reflexão histórica mais pontual. Se não mudarmos os textos explicativos acerca da História da África, tal quadro dificilmente poderá ser redesenhado, e, nosso espelho africano, continuará em pedaços (OLIVA, 2007: p. 18 apud RAMOS, 2013: 85).

Com o advento dos estudos africanistas no ensino básico brasileiro, uma gama de deficiências tem se apresentado, na docência, na gestão escolar e nos materiais de suporte didáticos, ao longo dos 12 anos da lei 10. 639/ 03, lei que inclui no currículo oficial das redes de ensino básico a obrigatoriedade da História da África e Cultura Afro-brasileira.

Porém, juntamente com essa obrigatoriedade, uma gama de deficiências tem se apresentado, na docência, na gestão escolar e nos materiais de suporte didáticos, ao longo dos 12 anos da lei 10. 639/ 03. Essas deficiências comumente findam em trabalhar a História da África de forma generalizada e distorcida, europeizada ou até mesmo ignorada durante a seleção de conteúdos a serem trabalhados em sala de aula.

Entretanto, por que aprofundar os estudos sobre a África no ensino básico? Geralmente, os conteúdos dos livros didáticos que fazem referência à África estão inseridos nos temas tradicionais de uma história quadripartite, dividida em Antiga, Média, Moderna e Contemporânea. Tomando como suporte para uma breve análise dos livros didáticos, neste primeiro momento de pesquisa, o foco de análise será nos sumários desses livros. Para tanto, elencamos duas coleções didáticas de autores diferentes: a Coleção História Geral e do Brasil, (PNLD 2012-2014) dos autores Claudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, publicada pela editora Scipione. O livro História Global: Brasil e Geral, (PNLD 2012-2014) do autor Gilberto Cotrim, publicada pela editora Saraiva. As temáticas que abordam África, na primeira obra, História Geral e do Brasil, estão inseridos em: Civilizações Antigas: Egito; Diásporas Africanas (deslocamentos populacionais forçados/ Resistência e libertação) África e Ásia no século XIX

(Colonização e descolonização). Na segunda obra analisada, os temas sobre África ou temas correlacionados, constam nos seguintes tópicos: Brasil Colônia: Escravidão e resistência, Tráfico Negreiro, Escravos no Brasil, Luta dos escravos; Idade Moderna: Estados Unidos: Colonização e Independência (breve menção do trabalho escravo africano); Idade Contemporânea: Expansão do imperialismo, África e Ásia: dominação neocolonial nos dois continentes; Idade contemporânea no Brasil: Período Regencial: revoltas provinciais (mencionam a revolta dos Malês, 1835), Segundo Reinado: fim do tráfico negreiro, abolicionismo. A partir deste breve levantamento das temáticas dos sumários percebemos que, as temáticas sobre África, ou correlacionada a ela, estão inseridos dentro de grandes temas/ conteúdos, numa perspectiva eurocêntrica, não permitindo, por vezes, a potencialidade e autonomia e sua história, pouco percebendo suas relações de resistência, em território africano ou nas diásporas, não são abordados aspectos sobre a organização social das comunidades africanas e suas especificidades, religiosidade e cultura, deixando lacunas que por vez continuam a reproduzir estereótipos e distorções sobre a África e seu legado no mundo. Não podemos deixar de mencionar que novas abordagens da História da África, nos livros didáticos, tem sido revisada, devido mudanças da produção historiográfica (com os estudos culturais) e pelas questões políticas envolvidas no requerimento de novas representações da identidade negra nesses livros. No entanto, ainda há elementos a serem inseridos e reelaborados.

A revisão e ampliação dos conteúdos sobre a África culminam exatamente na formação de uma nova, ou numa reelaboração de consciência social, histórica do (no) aluno, que poderá reconstruir suas identidades e assimilar identificações do Brasil e do ser brasileiro, que os livros didáticos ainda não dão conta de iniciar essas novas percepções identitárias.

A construção identitária e a formação/ reformação de memória, e suas produções mais recentes, tem nos auxiliado a abordar esses conceitos a seguir, de uma forma mais plástica, termos estes, que nos fins do século XIX, serviu de espaço de disputas, demarcações, extermínio, territorial e humano como, nação, grupo social, étnico, cultural, gênero. E, nos últimos anos, principalmente o conceito de Identidade, tem sido campo de investigação de variadas áreas disciplinares, todas as quais, de uma forma ou de outra, criticam a ideia de uma identidade integral, originária e unificada. Portanto,

compreendendo aqui, a Identidade como um conceito não justaposto, mas um conceito “estratégico, elástico, as identidades dos sujeitos se alteram ao longo do tempo, e estão cada vez mais fragmentada e fraturadas e multiplamente construída ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas” (HALL, 2013: 108). As identidades estão constantemente em processo de mudança e transformação.

Sendo assim, as identidades são construídas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas direcionadas, por meio da diferença, por meio da relação com o Outro, da relação daquilo que não é. E a construção da identidade nacional brasileira é no mínimo controversa.

O Brasil é um país como se sabe, miscigenado em todos os aspectos, cultural, religioso, social. Porém, nota-se que o pensamento embranquecedor, surgido nos fins do século XIX a partir dos estudos Nina Rodrigues, médico baiano e o sociólogo Oliveira Vianna, João Batista de Lacerda, também médico, no início do século XX, que acreditavam que o Brasil tinha “jeito” se através da mestiçagem, se “lavassem com as genes branca, superior, o sangue brasileiro, daí o incentivo imigratório europeu patrocinado pelo governo até os anos 30 encerrada por Getúlio Vargas” (PEREIRA, 2012: 22). Essas concepções sobre a mestiçagem, ainda permanecem, em alguns aspectos, arraigados na mentalidade do brasileiro, ressalvada as exceções.

No entanto, desconstruir, reconstruir laços, traços identitários também é uma das finalidades da História e ela tem as ferramentas necessárias para dar conta desse desafio que é reavaliar, rediscutir a maneira de como temos tratado a História do Brasil que está numa encruzilhada com a História da África quem tem um grande legado para a formação do Brasil e do brasileiro. Não podemos negligenciar essas histórias que se confundem entre si.

Então, por onde começar a trabalhar a História da África, sob um viés onde a África tem sua própria História? Primeiramente devemos entender que o continente africano, assim como os demais possuem suas especificidades e singularidades culturais. E, é exatamente quando entramos neste campo, onde estamos sujeitos, devido a gama de interpretações que a história nos permite, má interpretações que podem propagar o preconceito e racismo, religioso ou cultural.

Quanto ao território, devido a sua grande extensão, encontramos variedades de clima, solo, vegetação, que desconstrói a África seca e selvagem. Além de ser habitada por mais de 2.000 povos com diferentes características físicas e modos de organização econômica e social. A África como berço da humanidade, ponto de partida para o povoamento dos continentes, das primeiras civilizações e grandes reinos. Para entendermos a variedade de abordagens da História da África, longe dos conteúdos eurocêntricos e sob outra perspectiva, Wedderburn lança a seguinte proposta:

A África deve ser estudada a partir de suas próprias estruturas, analisando-as em função das interrelações dentro do continente, mas também em relação ao mundo extra-africano. Somente assim se poderão descobrir as múltiplas maneiras pelas quais a evolução dos povos africanos interferiu e/ou influenciaram eventos nas diversas sociedades do mundo e não somente o inverso, como se dá o caso até agora. Um enfoque diacrônico que privilegie tanto as relações intra-africanas como a interação do continente com o mundo exterior permitirá dar conta de fenômenos e de períodos que ainda se mantêm na escuridão e são lacunas do conhecimento mundial (WEDDEBURN, 2005: 13).

Portanto, a intenção não é isolar a África como se tem feito, mas integrá-la a história do restante do mundo, o contrario disso, seria tornar a História da África a parte da História das outras civilizações, fazendo com que o aluno não consiga fazer as conexões necessárias para compreender a história total, pois somente uma periodização de longa duração, poderia refletir esses fatos históricos, que a ciência moderna legitima, e convir àquelas singularidades que são próprias da historiografia africana. “Por suposto, há várias formas de abordagem para potencializar a inteligibilidade desses grandes períodos de uma história de tal extensão” (WEDDERBURN, 2005: 20).

Pela proposta acima poderíamos utilizar um padrão de periodização da História da África que levaria em conta:

O processo de hominização; o povoamento do continente africano pela humanidade arcaica; os êxodos do continente e o subsequente povoamento do planeta; o processo de migração intra-africana, sedentarização e assentamento agrícola; o processo da construção dos primeiros Estados agro- burocráticos da história; as lutas e rivalidades políticas entre povos e nações africanas, os expansionismos intra-africanos desde a antiguidade núbio-egípcia até a contemporaneidade; as invasões do exterior; a conquista

e colonização árabe da África setentrional; os tráficos negreiros intra- continentais e transoceânicos; os processos de desintegração de espaços sócio-históricos constituídos e, conseqüentemente, os processos de regressão social; a conquista e colonização europeia de todo o continente africano; as lutas de libertação e a descolonização da África (WEDDERBURN, 2005: 21).

Assim, abordando a história africana desta maneira, não se desconfiguraria a historicidade dos povos africanos, dando maior inteligibilidade para os estudos africanistas. Afinal, o papel do historiador é tornar o passado melhor, isso não quer dizer que os historiadores mudam o que aconteceu no passado, isso seria enganar as pessoas – apenas se inventaria uma história para agradar o povo. E isso, não é a finalidade do nosso trabalho.

“Tornar o passado melhor significa dar um sentido que pode mudar as atitudes das pessoas na luta da busca ou afirmações de suas identidades. Isso é o que se chama de razão prática” (RÜSEN: 2001). A exemplo do que pode se transformar num passado melhor é colocar o passado numa perspectiva histórica na qual as pessoas de diferentes culturas possam se comunicar uma com as outras de maneira a superar conflitos e tensões do etnocentrismo.

Portanto, entendo a validade dessas discussões das várias abordagens que temos para o aprimoramento do Ensino de História da África e cultura afro-brasileira, notamos que estamos num momento de reavaliação e renovação de nossas práticas de ensino, estamos vivenciando um momento de “suturação indentitária” (HALL: 2013), ou seja, um ponto de encontro entre os discursos e as práticas que constroem os sujeitos sociais de discursos particulares,

As identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora ‘sabendo’ que elas são representações, que as representações são sempre construídas ao longo de uma ‘falta’, ao longo de uma divisão, a partir de um lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeitos que são nelas investidas (HALL, 2013: 112).

Nesse sentido, a suturação tem que ser pensada como uma articulação e não como um processo unilateral onde as teorias de *identificação* e de identidades ganham

força. A identidade se torna eficaz por articular, ou melhor, por suturar o psíquico e o social sem a pretensão de torna-los um dia equivalentes uma vez que são mutuamente constitutivos, mas não idênticos.

Estamos num novo eixo de compreensão da História. Estamos inseridos em um cenário propício para reavaliarmos as narrativas que os livros didáticos carregam, nos discursos que nós professores estamos emitindo na sala de aula. Discursos e narrativas estas que, constituem e auxiliam na formação da identidade do (no) aluno, que mais do que nunca está agregada e influenciada não somente pela cultura dos povos africanos, também dos povos tradicionais e que ainda não estão devidamente reconhecidos e integrados à História do Brasil. Acreditamos que somente com a devida compreensão da história e cultura africana e afro brasileira e incluímos aqui também, as populações indígenas, é iremos romper com os paradigmas de uma história etnocêntrica e europeizada. Dando abertura para as mais variadas vias que a História pode percorrer.

Referências

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2005.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2009.

BHABHA, Homi. K. **O Local da Cultura**. Trad. Mirian Ávila, Eliane Lourenço, Glaucia Renate. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 4º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos de escravatura no Brasil: 1850-1888**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA E SILVA, A. **Um Rio Chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral**. Vol.2. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. **A Ilha Deserta e outros textos**. São Paulo: Iluminuras, 2006.

_____. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FERRO, Marc. (Org.) **O Livro Negro do Colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olimpio Editor, 1961.

_____, Gilberto. **Sobrado e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano**. 10 ed. São Paulo: Record, 1998.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6 ed. São Paulo: Ática, 2001.

GILROY, P. **O Atlântico Negro**. Rio de Janeiro: UCAM; Editora 34, 2001.

PEREIRA, Amauri Mendes. **África: para abandonar estereótipos e distorções**. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

PETIT, Sandra H. RODRIGUES; Eleomar dos S. **Filosofar (-se) Junto com o Baobá: Um encontro festivo com Sobonfu Somé, Mia Couto e Eduardo Oliveira**. In: PETIT, Sandra H; SILVA, Geranilde Costa e (Orgs.). *Memórias de Baobá*. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

RAMOS, Dornival Venâncio. **Ensaio de rupturas: Professores de História escrevem sobre História da África**. In: SILVA, Norma Lucia da; VIEIRA, Martha Victor (Orgs.). *Ensino de História e formação continuada*. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2013.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Unb, 2001

SANTOS, Sales Augusto dos. **A Lei 10.639/2003 como fruto da luta antirracista do Movimento Negro**. In: BRASIL. MEC. SECAD. *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/2003*. Brasília: Secad, 2005.

SCHÖPKE, Regina. **Por uma Filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade.** São Paulo: Edusp, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e Diferença: A Perspectiva dos estudos culturais.** Stuart Hall, Kathryn Woodward. 13ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

THORTON, J. K. **A África e os Africanos na formação do mundo Atlântico.** Trad. Marisa Rocha. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VICENTINO, Claudio. DORIGO, Gianpaolo. **História Geral e do Brasil.** Vol.2. São Paulo: Scipione, 2010.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **Novas bases para o ensino de História da África no Brasil.** Disponível em:

<<http://www.forumafrika.com.br/NOVAS%20BASES%20PARA%20O%20ENSINO%20DEFINITIVO%20para%20MEC>> Acesso em 10 de abril, 2015.